

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Out



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3284 - Ano 2024



DISTRITO FEDERAL



VIGILANTES DA VISAN QUE PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE E NO IGES SOFREM COM A IRRESPONSABILIDADE DA EMPRESA E OMISSÃO DOS TOMADORES DE SERVIÇO

Os vigilantes da Empresa Visan que prestam serviço na Secretaria de Saúde e no IGES estão com três férias atrasadas, a Visan não deposita o FGTS, não pagou o retroativo da nossa Campanha Salarial/2024 em uma sucessiva atitude de irresponsabilidade, descaso e desrespeito aos direitos de seus empregados.

A direção do SINDESV-DF vem pedindo providências aos tomadores de serviço (Secretaria de Saúde e IGES) e nada fazem como se toda essa irresponsabilidade praticada pela Visan fosse algo normal.

Temos conhecimento de que a Secretaria de Saúde está com processo de licitação e aguardamos ansiosamente a mudança de empresa e que ela seja correta e responsável.

Já o IGES fez a licitação há mais 40 dias, já concluiu o processo licitatório, já homologou e até o momento as empresas vencedoras não assumiram as frentes de serviço, e a Visan continua e mantém o desprezo aos seus empregados com o não pagamento de férias, retroativo e outros benefícios como o FGTS.

O fato é que não dá para os vigilantes continuarem sofrendo as consequências da má gestão nesses contratos. Queremos solução já!

SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF - JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

NEGOCIAÇÃO SALARIAL - 2025



REUNIÃO NEGOCIAÇÃO SALARIAL - 2025

Nesta terça-feira, 29/10/24, diretores do Sindivigilante Sergipe estiveram reunidos com os empresários do seguimento da segurança privada em Sergipe, para tratar da negociação coletiva de trabalho da categoria, ano 2025.

A reunião aconteceu na sede do SINDESPSE, e contou com a participação dos diretores presidentes dos sindicatos laboral e patronal, os senhores Reginaldo Gonçalves e Sandro Moura, além de outros empresários do seguimento e diretores do Sindivigilante Sergipe.

As contrapropostas foram apresentadas pelo patronal, e em breve estaremos convocando os trabalhadores da nossa base, para participarem conosco da assembleia a ser realizada na sede do nosso sindicato, momento em que estaremos apresentando aos mesmos a referida proposta.

Quem não luta pelos seus direitos, não é digno deles.

Gestão: transparência e renovação - Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.

Aracaju-Se, 29 de outubro, de 2024

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

TST decidirá mais três temas em Incidentes de Recursos de Revista Repetitivos

Questões dizem respeito a competência da Justiça do Trabalho, legitimidade sindical e compensação de gratificações em convenção coletiva



A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (SDI-1) acolheu três novos Incidentes de Recursos de Revista Repetitivos (IRRs), que irão estabelecer diretrizes sobre temas de impacto nas relações trabalhistas. Os temas envolvem a execução contra sócios de empresas em recuperação judicial, a atuação de sindicatos na defesa de direitos da categoria e a compensação de gratificações em convenções coletivas.

Com esses novos IRRs, que aguardam distribuição, o TST fixará entendimentos vinculantes que trarão maior segurança jurídica para os atores das relações trabalhistas e uniformizarão a jurisprudência trabalhista sobre temas que afetam diretamente empregados, empregadores e entidades sindicais.

Execução em empresas em recuperação judicial

No Tema 26, o TST vai decidir se a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o chamado incidente de desconsideração da personalidade jurídica de empresas em recuperação judicial, que permite o direcionamento da execução para os sócios. A questão ganha relevância com as mudanças

promovidas pela Lei 14.112/2020, que alterou a Lei de Recuperação e Falências (Lei 11.101/2005) e redefiniu as atribuições da Justiça do Trabalho em processos que envolvem empresas em recuperação.

Processos: RR-24462-27.2023.5.24.0000 e RR-761-72.2022.5.06.0000

Atuação sindical em ações coletivas e substituição processual

O Tema 27 trata da extensão da legitimidade dos sindicatos para postular, em nome próprio, direitos que beneficiem seus representados, mesmo em ações relativas a apenas um trabalhador. Além disso, definirá se os sindicatos podem propor Ação Civil Pública (ACP) e quais direitos podem ser defendidos em Ações Coletivas ou ACPs. O objetivo é fixar uma tese vinculante sobre o papel das entidades sindicais na substituição processual de seus representados.

Processo: RR-2061-71.2019.5.09.0653

Compensação de gratificação de função com horas extras

O Tema 28 analisará a validade das normas coletivas que permitem a compensação do valor de gratificações de função com as horas extras determinadas judicialmente quando há afastamento da função de confiança. O caso concreto envolve a Cláusula 11 da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 do Itaú Unibanco, e nele se questiona se a compensação se limita ao período de vigência da norma ou abrange a totalidade do período coberto pelas ações ajuizadas.

Processo: RRAg-272-94.2021.5.06.0121

Fonte: TST (Bruno Vilar/CF)

Projeto torna obrigatória a presença de bombeiro civil em áreas de risco

Presença também será obrigatória em shoppings, casas de show e parques; a Câmara dos Deputados discute a proposta

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Ronaldo Nogueira: onde há bombeiro, há preservação da vida em todas as formas

O Projeto de Lei 2858/24 torna obrigatória a presença de bombeiro civil (guarda-vidas, socorristas e resgatistas) em edificações, áreas de risco, parques, reservas ambientais e outros locais onde haja grande concentração de pessoas. A Câmara dos Deputados analisa a proposta.

Pelo texto, será obrigatório manter equipes de bombeiro civil em shopping centers, casas de show, campus universitários ou locais com mais de 400 pessoas ou por onde circule em média mil pessoas por dia.

A proposta estabelece ainda que, antes do início das atividades, o público deverá ser informado sobre rotas de fuga e pontos de atendimento a emergências.

“O bombeiro civil tem como função proteger e atender pessoas e patrimônios de possíveis riscos de incêndios, vazamentos e afogamentos”, detalha o deputado Ronaldo Nogueira (Republicanos-RS), autor do projeto. “A presença desses profissionais é essencial para garantir a segurança em locais com grande concentração de pessoas.”

Guarda-vidas

Por fim, o projeto prevê que parques, clubes e áreas de recreação com piscinas ou áreas de rios, lagos e praias devam manter guarda-vidas durante o período de funcionamento.

Helipontos também deverão contar com bombeiros civis qualificados em prontidão.

O descumprimento das medidas sujeita o estabelecimento infrator a uma multa de R\$ 5 mil, atualizada anualmente com base no índice geral de preços.

Próximos passos

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho; de Indústria, Comércio e Serviços; de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Lewandowski recebe pesquisa em que 79% dos brasileiros consideram positiva a PEC da Segurança Pública

Estudo foi apresentado pelo cientista político Antônio Lavareda para secretários do MJSP



Foto: Jamile Ferraris/MJSP

As mudanças sugeridas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para que a União tenha mais poderes para coordenar ações na área vão melhorar a segurança no País na opinião de 79% dos brasileiros.

O dado consta da Avaliação da Segurança Pública no Brasil e Opinião sobre a PEC da Segurança, do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), entregue ao ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, na terça-feira (22), no Palácio da Justiça, em Brasília (DF).

Os pesquisadores apresentaram aos entrevistados uma série de medidas que serão implementadas caso a alteração constitucional

avance no Congresso Nacional. Entre elas, a que amplia o escopo de atuação da Polícia Federal, garantindo o combate às organizações criminosas e milícias privadas.

Foi nesse contexto que 79% dos brasileiros entenderam como positivas as mudanças propostas pela PEC da Segurança Pública. A avaliação da maioria dos entrevistados (52%) foi a de que, a partir da alteração na Constituição, haverá uma melhora geral na área. Além disso, 47% entendem que haverá avanços no combate ao crime organizado e 40% veem benefícios na integração das polícias e no compartilhamento de dados.

O levantamento mostrou que, no momento em que metade dos brasileiros se sente inseguro

em sua comunidade, bairro ou localidade, 87% da população vê como importante uma reformulação da segurança pública no Brasil.

A pesquisa também revelou que o Governo Federal é visto pela maioria da população como o responsável pela melhoria na segurança pública no País, embora a Constituição de 1988 tenha dado competências limitadas à União para vincular ações da área aos entes federados.

Após tomar conhecimento dos detalhes do estudo, Lewandowski disse que a pesquisa traz uma metodologia para prosseguir e encaminhar essa discussão de uma forma mais correta. “Não tínhamos, até então, total clareza de quais eram os pontos fracos e fortes na percepção da população”, declarou.

O levantamento foi feito pelo Ipespe, em parceria com o Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresas (IREE) e a BRZ Consulting Consultoria e Projetos.

A pesquisa foi apresentada pelo presidente do Ipespe, Antônio Lavareda. “O objetivo foi investigar a percepção da opinião pública sobre a segurança no País, bem como o nível de conhecimento, a avaliação e as expectativas sobre a PEC da Segurança”, explicou Lavareda.

Sobre as medidas previstas pela PEC para a melhoria e a modernização da segurança pública, as ações consideradas mais importantes pelos entrevistados foram a padronização dos cursos de capacitação, de reciclagem e de protocolo de abordagem das polícias; o aumento do uso da Polícia Federal no combate a facções criminosas; e a regulamentação de um sistema unificado para registro de ocorrências e integração de dados dos estados.

A presidente do IREE em Brasília, Katia Abreu, também participou da reunião. “O próximo passo será fazer um estudo econômico das consequências positivas para a economia brasileira com a aprovação dessa PEC e o combate ao crime organizado”, anunciou Katia.

Metodologia da pesquisa

Para a pesquisa quantitativa, foram entrevistadas 2 mil pessoas maiores de 16 anos, de todas as regiões do País, no período de 9 a 14 de outubro de 2024. A margem de erro para o total da amostra é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95,45%.

Aspectos como violência contra as mulheres, desempenho das esferas de governo na segurança pública, sistema prisional, favorabilidade à liberação do porte de armas e confiança nos órgãos e nas instituições públicas também fizeram parte do levantamento.

A apresentação dos resultados contou, ainda, com a presença do secretário-executivo do MJSP, Manoel Carlos de Almeida Neto; do secretário Nacional de Justiça, Jean Keiji Uema; do secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo; do secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous; da secretária Nacional de Acesso à Justiça, Sheila de Carvalho; do secretário Nacional de Políticas Penais, André Garcia; do secretário Nacional de Assuntos Legislativos, Marivaldo Pereira; da secretária de Direitos Digitais, Lílian Cintra de Melo; e do diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Fernando Oliveira.

Fonte: MJSP

MTE divulga dados do Novo Caged em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (30)

Entrevista coletiva com o ministro Luiz Marinho será transmitida ao vivo e dados estarão disponíveis no Painel de Informações do Novo Caged



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulga nesta terça-feira (30) os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) referentes ao mês de setembro. A coletiva, conduzida pelo ministro Luiz Marinho e pela subsecretária de Estudos do Trabalho, Paula Montagner, ocorrerá às 14h30 na sala de reuniões 433, 4º andar, do edifício sede do MTE, em Brasília.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Jornalistas que desejam cobrir o evento presencialmente devem se dirigir à sala 433. A coletiva também será transmitida ao vivo pelo canal do YouTube do MTE.

Após a coletiva, os dados de setembro estarão disponíveis no Painel de Informações do Novo Caged no site do MTE.

FONTE: MTE

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF